

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

SENHORES LICITANTES,

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETAR EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

OBS: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS APROVADO SEGUNDO PARECER Nº 1.498/2012 PROCAD/PGDF

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS REALIZADO POR MEIO DA
INTERNET

TIPO: Menor Preço Por Item

PROCESSO Nº: 0002-000450/2013

INTERESSADO: Coordenadoria de Integração das Ações Sociais

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição e montagem dos equipamentos no ato da entrega das máquinas de costura com motor econômico direct-drive, máquinas galoneira base cilíndrica, máquina travette, máquinas de costura overloque com zero max, máquina elástica, máquinas de fechamento de braço e prensas de passar roupa vapor, conforme quantidades e especificações, conforme quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52.28

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 14 horas do dia 31/07/2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14 horas do dia 31/07/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14 horas do dia 31/07/2013.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:
www.comprasnet.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Distrito Federal, por meio da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais-CIAS/SECOPA 2014/DF, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço**, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/05, Lei Complementar 123, pelo Decreto Distrital Nº 34.509/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Decreto Distrital nº 26.851/2006 e 32.716/2011, Portaria 563/2002, **além das demais normas pertinentes**, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela *INTERNET*, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica: www.comprasnet.gov.br, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição e montagem dos equipamentos no ato da entrega das máquinas de costura com motor econômico direct-drive, máquinas galoneira base cilíndrica, máquina travette, máquinas de costura overloque com zero max, máquina elástica, máquinas de fechamento de braço e prensas de passar roupa vapor, conforme quantidades e especificações, conforme quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.
- 1.2. Integram este Edital todos os seus Anexos.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:
 - 2.1.1. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/03; ou
 - 2.1.2. Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências do item 8, deste edital.
- 2.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:
 - 2.3.1. Empresas que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta,

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Distrito Federal.

- 2.3.2 Pessoas físicas não empresárias.
- 2.3.3. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 2.3.4. O autor do Termo de Referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- 2.3.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 2.3.6. É vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: (Decreto nº 32.751/11, art. 8º)
- I - contrato de serviço terceirizado;
- II - contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens;
- III - convênios e os instrumentos equivalentes.
- 2.3.6.1. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (Decreto nº 32.751/11, art. 3º, § 3º).
- 2.3.6.2. Excepcionalmente, a depender da complexidade do objeto e das condições do mercado, poderá ser admitida a participação de empresas em consórcio, devendo o administrador analisar a viabilidade em cada caso concreto observando sempre o que melhor atender ao interesse público. A vedação deverá ser justificada pela Administração.
- 2.4. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s).

3. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 3.1. As empresas que desejarem participar do Pregão deverão enviar a proposta eletronicamente, até o dia e horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, devendo todos os campos do formulário disponibilizado ser preenchidos, observando as orientações contidas no mencionado endereço.
- 3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim**, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1.1. O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação da convocação no DODF, para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços (Anexo II), podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário até o segundo dia útil após a convocação e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador;
 - 4.1.1.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade se sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 4.1.2. O sistema de registro de preços não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades;
- 4.1.3. O registro de preços a ser formalizado na **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.
- 4.1.4. Durante o prazo de validade do registro de preços o Governo do Distrito Federal não ficará obrigado a comprar os produtos objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.
 - 4.1.4.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a CIAS/SECOP 2014/DF optar pela aquisição, por meio de licitação ou outro meio legalmente, permitido, e o preço for igual ou inferior ao registrado.
 - 4.1.4.2. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados, sendo considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela CIAS/SECOPA 2014/DF.
 - 4.1.4.3. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata é superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.
 - 4.1.4.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata deverá convocar os demais fornecedores, caso haja, visando igual oportunidade de negociação.
- 4.1.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá a revogação da Ata.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

4.2. DO PREÇO

- 4.2.1. O preço deverá ser fixo, equivalente ou inferior ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.
- 4.2.2. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação.
- 4.2.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados durante o prazo de vigência do registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, nos termos da legislação de regência.

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no portal: [http:// www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 5.2. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.3. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a CIAS/SECOPA 2014/DF, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiro.
- 5.4. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento particular e/ou público de procuração com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente, juntamente com cópia do RG autenticado, tanto para o representante, quanto para o representado. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devidamente autenticada em cartório.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.6. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- 5.7. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

- 6.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.
- 6.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, a partir da data da liberação do presente edital no sítio www.comprasnet.gov.br, até o horário limite de início da sessão pública, ou seja, às 14 horas do dia 31 de julho de 2013, horário de Brasília-DF, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.4. Os licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, com **valor unitário** em moeda nacional para **cada item** a que concorrer, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, conforme referido no item acima.
- 6.5. Após o encerramento da etapa de lances e negociação, o licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da solicitação do pregoeiro (a), via sistema, no campo “anexo de proposta”, ou por endereço eletrônico: secopa.cias.licitacao@gmail.com, em caso de indisponibilidade do primeiro, a proposta de preços, juntamente com a documentação prevista para sua aceitação.**

- a) Excepcionalmente e a pedido do licitante, o prazo previamente fixado no edital poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro (a), desde que verificados motivos razoáveis para o atendimento da solicitação, por mais 1 (uma) hora, caso a solicitação se dê dentro das primeiras 24 (vinte e quatro) horas. Findo o prazo, a função de enviar anexo do fornecedor selecionado desaparecerá, após operacionalização pelo Pregoeiro (a) da opção “encerrar convocação” e da opção de “recusar proposta”.

6.5.1. Sendo aceitável sua(s) proposta(s), a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentá-la(s), juntamente com a(s) documentação(ões) de habilitação, em envelope fechado e identificado o pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação do pregoeiro (a), na SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – Quadra 14 – Conjunto 02 – Lote 16 - CEP 71.250-110 BRASÍLIA – DF (Ponto de Referência - CIDADE DO AUTOMÓVEL), devendo a(s) proposta(s) conter(em):

- a) Nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) Preço **unitário e total do item, devendo estar inclusos nos preços ofertados** todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e no valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso);
- c) A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado, contendo indicação de **todas as características** dos produtos cotados, com **descrição clara e detalhada** de cada produto ofertado, de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

- d) Prazo de **validade da proposta** que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega.
 - e) Conter **prazo de entrega** do material que não poderá ser superior a **30 dias corridos** contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho ou do Pedido de Fornecimento;
 - f) Conter a indicação de **marca, modelo e preço para cada item cotado**.
 - g) Os produtos devem estar em conformidade com os padrões exigidos pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
 - h) Toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser em cópia autenticada e não será aceita documentação vencida
- 6.6. Caso o prazo de que trata o item 6.5, **letra “d”**, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 6.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas. Aberta a sessão, em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.
- 6.8. Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pelos órgãos interessados. O desrespeito a essa regra levará os itens a serem considerados fracassados, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.
- 6.9. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os materiais e/ou serviços serem fornecidos sem ônus adicional.
- 6.10. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência – Anexo I e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificações do Termo de Referência.
- 6.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.
- 6.12. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, pelo licitante, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO.

- 7.1. Na data e horário previsto no Sistema e informado neste Edital, encerrar-se, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e será iniciada a abertura da sessão pública pelo pregoeiro, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 7.1.1. Todos os horários observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para a contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 7.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e respectivo horário de registro e valor.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

- 7.3. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 7.4. Serão desclassificadas propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim entendidos:
- I – preços excessivos, quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço estimado constante deste Ato Convocatório/Anexo;
 - II - inexequíveis, sejam inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais, quando o licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, se não demonstrado, será desclassificado;
- 7.5 Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.
- 7.6. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado pelo pregoeiro para a abertura da sessão de lances e as seguintes condições:
- 7.7.1. Somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema;
 - 7.7.2. No caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.7.3. Poderão ser enviados lances superiores ao menor lance registrado para a primeira colocação com a finalidade de se disputar as colocações subsequentes.
- 7.8. No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor preço por item**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.
- 6.8.1. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedado a identificação do detentor do lance.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 7.11. O (a) Pregoeiro (a) poderá se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.
- 7.12. O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
-

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

- 7.13.1. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.14. Por força do que dispõe o artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido, observados as seguintes regras:
- 7.14.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.14.1.1. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 7.14.2. Para efeito do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.14.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão do direito. Apresentada proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, ser-lhe-á adjudicado o objeto licitado;
- 7.14.2.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.14.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre em situação de empate, será efetuado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.14.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no “caput” do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.14.3.1. O disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.15. Encerrada a fase de lance o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposto neste Edital.
- 7.16. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o estimado para a contratação.
- 7.17. Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias e do Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 6.17.1. A adjudicação será realizada **por item**.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

- 7.18. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 7.19. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- 7.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio do endereço eletrônico utilizado para divulgação do certame;
- 7.20.1. Sem prejuízo da divulgação do momento de retomada da sessão na forma mencionada acima, serão enviadas mensagens eletrônicas (e-mails) aos representantes dos licitantes para o mesmo fim, prevalecendo, em caso de inexistência ou não envio dessas mensagens, a informação publicada eletronicamente na página do presente pregão eletrônico
- 7.21. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e Anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.22. A licitante vencedora deverá enviar no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação do pregoeiro, sua proposta devidamente adequada ao preço negociado, bem como a documentação de habilitação, nos termos do item 6.5 deste Edital.
- 7.23. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. **Após o encerramento da etapa de lances e negociação, o licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da solicitação do pregoeiro (a), via sistema, no campo “anexo de proposta”, ou por endereço eletrônico: secopa.cias.licitacao@gmail.com, em caso de indisponibilidade do primeiro, a proposta de preços, juntamente com a documentação prevista para sua aceitação.**

- a) Excepcionalmente e a pedido do licitante, o prazo previamente fixado no edital poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro (a), desde que verificados motivos razoáveis para o atendimento da solicitação, por mais 1 (uma) hora, caso a solicitação se dê dentro das primeiras 24 (vinte e quatro) horas. Findo o prazo, a função de enviar anexo do fornecedor selecionado desaparecerá, após operacionalização pelo Pregoeiro (a) da opção “encerrar convocação” e da opção de “recusar proposta”.

- 8.1.1.1. Nesse caso, será convocada a próxima licitante, na ordem de classificação, para envio da proposta, no prazo estipulado no item 8.1.
- 8.1.2. Posteriormente, tais documentos deverão ser enviados, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação do pregoeiro(a), no endereço: **SCIA – Setor Complementar de Indústria**

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

e Abastecimento – Quadra 14 – Conjunto 02 – Lote 16 - CEP 71.250-110 BRASÍLIA – DF (Ponto de Referência - CIDADE DO AUTOMÓVEL)

8.2. Para habilitar-se as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e apresentar a documentação complementar solicitada ou aquela relacionada no item 8.2.2 deste Edital.

- a) A habilitação fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais e de habilitação parcial por meio de consulta “on-line” ao SICAF, no ato da abertura do certame, que será impressa sob forma de “Declaração de Situação”, que instruirá o processo, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, do artigo 3º do Decreto n.º 3.722/2001 e da instrução Normativa MARE n.º 5 de 21/07/95, republicada no DOU do dia 19/04/96;

8.2.1. **As licitantes devidamente cadastradas no SICAF** deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Comprovação de aptidão, por intermédio da apresentação de **Atestado (s) de Capacidade Técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação;**

II - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as **empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;

III - Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011.

V- Instrumento particular e/ou público de procuração com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente, juntamente com cópia do RG autenticado, tanto para o representante, quanto para o representado. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devidamente autenticada em cartório.

8.2.1.1. Declarações enviadas por meio do sistema Comprasnet:

- I – Declaração, sob as penas da lei, da inexistência de fato impeditivo de sua habilitação contendo ainda, compromisso de comunicar eventual superveniência de fato desta natureza;

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

- II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93;
- III - Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 6.204/07, se for o caso;
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme estabelecida na Instrução Normativa nº 2/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MP, publicada no DOU de 17/09/2009;
- 8.2.1.2. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s)** constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.**
 - a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo subitem 8.2.2 deste edital.
- 8.2.1.3. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 8.2.2. **As Licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF,** deverão encaminhar os seguintes documentos:
 - I – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990;
 - II – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
 - III – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
 - IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011.
 - V – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

da União, por elas administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto n.º 6.106/2007;

- VI – Prova de regularidade para com a Fazenda Pública da sede do licitante;
- VII - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas **com sede ou domicílio fora** do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;
- VIII – **Comprovação de aptidão, por intermédio da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação;**
- IX – **Balanco Patrimonial e demais demonstrações** contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
- $$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$
- $$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
- c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado **para o(s) item(ns) cotado(s)** constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.** A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso X deste subitem. (conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF)
- X – Apresentar registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- XI – Apresentar prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

XII – Apresentar **registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social** devidamente registrado na Junta Comercial para comprovação do ramo de atividade e do capital social, quando for o caso.

8.2.2.1. Declarações enviadas por meio do sistema Comprasnet:

- I – Declaração, sob as penas da lei, da inexistência de fato impeditivo de sua habilitação contendo ainda, compromisso de comunicar eventual superveniência de fato desta natureza;
- II – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93) (modelo Anexo III);
- III - Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 6.204/07, se for o caso;
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme estabelecida na Instrução Normativa nº 2/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MP, publicada no DOU de 17/09/2009;

8.3. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das micro e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização, nos termos da legislação pertinente.

8.3.1. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e neste Edital e Anexos, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame em seus termos ulteriores ou revogar a licitação se decisão oportuna e conveniente, além de incidir a prescrição contida no art. 7º da Lei 10.520/02.

8.4. Os documentos necessários à habilitação, quando enviados ao pregoeiro, deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou mediante cotejo das cópias com os originais pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão de imprensa oficial.

8.5. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.6. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.7. Em todas as hipóteses referidas nos 8.2.1 e 8.2.2 deste Edital, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

8.8. Quando o documento e/ou certidões apresentados não informarem a sua validade deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias, exceto a Certidão de que trata o inciso III dos subitens 8.2.1 e 8.2.2, deste Edital.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

8.9. A empresa que não incluir a documentação de habilitação em campo próprio disponibilizado pelo sistema ou encaminhar para o endereço eletrônico: secopa.cias.licitacao@gmail.com, em caso de indisponibilidade do primeiro, quando solicitado pelo (a) pregoeiro (a), ou que não enviar sua proposta de preço, bem como a documentação de habilitação no prazo estabelecido neste Edital será inabilitada e estará sujeita às penalidades previstas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

9. DAS PENALIDADES

9.1 - Das Espécies

9.1.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851**, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.2 - Da Advertência

9.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS/SECOPA 2014, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

9.3 - Da Multa

9.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;
- IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

9.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

9.3.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

9.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

9.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

9.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **9.1.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

9.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 9.3.1.

9.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **9.3.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

9.4 - Da Suspensão

9.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

- I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela CIAS/SECOPA 2014/DF, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
- II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e
- IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
 - a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
 - c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

9.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- I - a CIAS/SECOPA 2014/DF, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

9.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

9.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

9.5 - Da Declaração de Inidoneidade

- 9.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.
- 9.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 9.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.
- 9.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6 - Das Demais Penalidades

- 9.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
 - II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 9.5;
 - III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 9.4.3 e 9.4.4.
- 9.6.2 - As sanções previstas nos subitens 9.4 e 9.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:
- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
 - III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

9.7 - Do Direito de Defesa

- 9.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.
- 9.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 9.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

9.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

9.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasnet.gov.br, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

9.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 9.2 e 9.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8 - Do Assentamento em Registros

9.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

9.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

9.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

9.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

9.10 – Disposições Complementares

9.10.1- As sanções previstas nos subitens 9.2, 9.3 e 9.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

9.10.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

10. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS
ADMINISTRATIVOS

10.1. Poderá **impugnar** o presente Pregão qualquer cidadão ou licitante **até 2 (dois) dias úteis** que antecederem a abertura da sessão pública, no endereço eletrônico secopa.cias.licitacao@gmail.com, no horário de 08h00 às 18h.

10.1.1. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pela unidade requisitante, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas, por meio do sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção da decisão.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

- 10.1.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que haja modificação dos seus termos que altera a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 10.2. **Os pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico pelo endereço, secopa.cias.licitacao@gmail.com, no horário de 08h30 às 18h00.
- 10.2.1. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira, por meio do sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 10.3. Declarado o vencedor, o Pregoeiro (a) concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, devendo registrar sua intenção em campo próprio do sistema.
- 10.3.1 Havendo manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro (a) não adentrará o mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.3.2 A manifestação motivada da intenção de recorrer será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campos próprios.
- 10.3.3 O interessado deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, pelo sistema eletrônico.
- 10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no **SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – Quadra 14 – Conjunto 02 – Lote 16 - CEP 71.250-110 BRASÍLIA – DF (Ponto de Referência - CIDADE DO AUTOMÓVEL)**
- 10.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão do pregão, implicará decadência do direito da licitante de recorrer, podendo o (a) pregoeiro (a) adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).
- 10.7. Caberá ao (à) Pregoeiro (a) receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Coordenador da CIAS/SECOPA 2014/DF a decisão final sobre os recursos contra atos do (a) Pregoeiro (a), nos termos do art. 8º, IV c/c art. 11, VII, do Decreto 5.450/05.
- 10.8. Manifestada a intenção de interpor recurso, ficarão os demais licitantes intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, nos termos do art. 26, do Decreto 5.450/05.
- 10.9. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Coordenador da CIAS/SECOPA 2014/DF, procederá à homologação do certame.
- 10.10. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, nos termos do § 1º do art. 26 c/c art. 27, todos do Decreto 5.450/05.
- 10.11. Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

11. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO

- 11.1. Nos termos do § 4º, do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o Termo de Contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho.
- 11.1.1. A interessada será convocada para retirar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.
- 11.1.2. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a Nota de Empenho ou assinar o respectivo termo contratual ou deixar de entregar a documentação exigida neste Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Nota de Empenho, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 11.2. O prazo para retirada da Nota de Empenho ou Termo de Contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 11.2.1. A recusa em retirar a Nota de Empenho ou Termo de Contrato, sem motivo justificado, devidamente aceito pela Administração, implica as sanções cabíveis à espécie.
- 11.3. Por ocasião da emissão da Nota de Empenho, do Termo contratual ou da assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos do § 2º, do art. 27, do Decreto 5.450/05.
- 11.4. O presente Edital fará parte integrante da Ata de Registro de Preços, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 11.5. O instrumento contratual poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
 - II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);
 - III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
 - IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011.
- 12.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

- 12.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC.
- 12.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 12.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 12.6. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.
- 12.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

13. DA ENTREGA DO MATERIAL

- 13.1. O material deverá ser entregue no prazo e condições estabelecidos **neste edital e seus anexos**, contado a partir da data de recebimento da Nota de Empenho ou do termo contratual, em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento;
- 13.2. Será recebido o material:
- I – provisoriamente, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
 - II – definitivamente, mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas neste edital, ressalvados os casos de vícios não detectáveis no ato do recebimento.
- 13.3. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
- 13.4. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Todo e qualquer pedido de alteração da Nota de Empenho/Termo contratual, oriundo deste Edital, será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

- 14.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.
- 14.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará (ão) obrigada(s) a entregar os materiais descritos na Nota de Empenho, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;
- 14.4. A critério do pregoeiro, que deverá justificar previamente no “chat” de mensagens, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio de documentos por meio do campo próprio disponibilizado no sistema, ou endereço eletrônico secopa.cias.licitacao@gmail.com, em caso de indisponibilidade do primeiro, poderá ser prorrogado por mais 1 (uma) hora, caso a solicitação se dê dentro das primeiras 24 (vinte e quatro) horas.
- 14.5. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.
- 14.6. Ao Coordenador da CIAS/SECOPA 2014/DF fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93.
- 14.7. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II).
- 14.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º).
- 14.9. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Pregão;
- 14.10. O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 14.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 14.11. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço mencionado no preâmbulo, ou pelo telefone (61) 3346-5449.
- 14.12. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.**

Brasília, de _____ de 2013.

Pregoeira

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 – CIAS/SECOPA 2014/DF

A N E X O I

TERMO DE REFERÊNCIA nº 25/2013 – GEMAT/DIAPE/CIAS/SECOPA

I. OBJETO

Contratação de empresa para eventual aquisição e montagem dos equipamentos no ato da entrega das **máquinas de costura com motor econômico direct-drive, máquinas galoneira base cilíndrica, máquina de travette, máquinas de costura overlocke com zero max, máquina elástica, máquinas de fechamento de braço e prensas de passar roupa a vapor** para a implantação da atividade “Fábrica Social” da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais, da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa de 2014.

II. JUSTIFICATIVA

A Coordenadoria de Integração das Ações Sociais foi criada por meio do Decreto nº 33.613, de 13 de abril de 2012, a CIAS estava, inicialmente, vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB. Posteriormente, por meio do Decreto nº 33.915/2012, foi remanejada à estrutura da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014 – SECOPA, onde se encontra atualmente.

Coadunado com o Plano Brasil Sem Miséria lançado pelo Governo Federal em junho de 2011, o Governo do Distrito Federal lançou o Plano Pela Superação da Extrema Pobreza - DF sem Miséria, por meio da Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, regulamentado pelo Decreto nº 33.329.

O DF Sem Miséria estabelece ações integradas e articuladas das diversas políticas públicas com vistas à garantia de direitos de cidadania e superação da extrema pobreza no DF, por meio de acesso à renda, serviços públicos, projetos de inclusão produtiva – como a capacitação profissional e geração de emprego e renda. Apresenta um cadastro de aproximadamente 250.000 famílias inscritas.

Em consonância com tais diretrizes, o Decreto 33.613, de 13 de abril de 2012, cria a Coordenadoria de Integração das Ações Sociais-CIAS, instituída com o objetivo de contribuir com o processo de inserção social, desprovida de qualquer interesse comercial, estimulando ações e atividades de organização coletiva, com a **preocupação precípua da capacitação de pessoas** (“capacitandos”) em situação de vulnerabilidade social, excluídas do mercado de trabalho, residentes no Distrito Federal, beneficiários do Plano pela Superação da Extrema Pobreza no DF – DF Sem Miséria. Inobstante, o projeto investe em ações afirmativas, inclusive lúdicas como, por exemplo, o incentivo à prática esportiva de crianças e jovens da rede pública de ensino com a doação de material esportivo confeccionado pelos “capacitandos”. O Projeto ambiciona, também, auxiliar o combate a desigualdades sociais existentes no Distrito Federal, proporcionando aos menos favorecidos a oportunidade de aumentar a renda familiar com a confecção de uniformes escolares e profissionais, de materiais esportivos, jogos intelectivos, colaborando diretamente para a sua qualificação, visando a sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo assim com a qualificação desse mercado, resgatando a autoestima e melhorando o padrão de vida desses indivíduos. O Programa destina vagas para idosos, deficientes físicos e menores em conflito com a lei.

A carência de mão de obra qualificada no País, evidenciada inclusive no Distrito Federal, é incontestável. Entre tantos dados estatísticos e matérias jornalísticas, pode-se citar manchetes como a do site do Bom Dia Brasil – G1 Globo em 05 de fevereiro de 2013:

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

“Falta de mão de obra qualificada faz sobrar vagas no setor privado. Algumas não precisam de tanta qualificação, mas mesmo assim tem sido difícil achar pessoal. A primeira grande dificuldade é encontrar um candidato que saiba escrever, ler e entender o que leu”.

Importante destacar, evocando o cerne da proposição do Programa, que o “Capital Humano” é entendido não apenas como educação formal, mas também pela possibilidade de desenvolvimento de habilidades específicas para o trabalho, adquiridas por intermédio da capacitação profissional, de forma a preparar os “capacitandos” para as possibilidades econômicas e produtivas atuais. No que se refere à formação do capital humano, capacitar é tornar um indivíduo habilitado para o desempenho de uma função, é qualificar a pessoa para determinado trabalho. Dessa maneira, a formação profissional é vista como uma forma de investimento em capital humano. As explicações variadas sobre esta representação convergem para a defesa de que na era da informação, o conhecimento singulariza o recurso organizacional mais importante, o que permite o entendimento de que o capital intelectual pode ser considerado uma riqueza organizacional (DAVENPORT, 1998).

Consta dos atributos legais atinentes à missão da CIAS o estímulo à concessão de microcrédito, do fomento ao microempreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à economia solidária e criativa. Destarte, os “capacitandos” que completarem o período de capacitação, estimado com prazo máximo de 24 meses, serão orientados sobre as mencionadas atividades econômicas, previsto no Art. 50-D do Decreto nº 33.849, de 15 de agosto de 2012.

Os “capacitandos” receberão cursos de qualificação nas atividades inerentes às etapas de confecção de uniformes escolares e de utilização profissional e de artigos esportivos, artigos lúdicos, jogos intelectivos, operacionalização de máquinas, montagem industrial, entre outros, sempre com a atenção à política de respeito ao meio ambiente.

Apresentados os aspectos técnicos e institucionais, por oportuno, explicitamos que se justifica a deflagração do procedimento licitatório, haja vista a necessidade de aquisição desses maquinários, essenciais na consecução das metas do programa, sem contradição, pois não há como qualificar um contingente aproximando de 2.000 pessoas, a cada ciclo de capacitação com prazo máximo de 24 meses, em corte e costura – confecção de vestuário, no caso específico, sem a consentânea ferramenta de trabalho.

A Coordenadoria de Integração das Ações Sociais-CIAS adota como referencial teórico impulsionador o fulcro em abordagens e processos de natureza prospectiva. Destarte, formular estudos prospectivos, conduzidos de modo a construir conhecimento, ou seja, cristalizar a intenção de agregar valor às informações do presente, transformando-as em base de sustentação intelectual que possa subsidiar os tomadores de decisão e os formadores de políticas na elaboração de suas estratégias, identificando rumos e oportunidades futuras para os diversos atores sociais.

A utilização do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** faz-se necessária por existir a previsão de entregas parceladas; em razão da economia de espaço no almoxarifado; por possibilitar a aquisição da real necessidade do órgão; e pela impossibilidade de definir, previamente, o quantitativo a ser demandado por esta CIAS, em razão da sua recente criação.

Assim, de acordo com as atividades operacionais a serem desempenhadas por esta pasta, os materiais visam possibilitar os trabalhos desenvolvidos nesta Coordenadoria para o exercício de 2013 nas condições, especificações e exigências que seguem.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

III. ITENS

ITEM 01	MÁQUINA DE COSTURA COM MOTOR ECONÔMICO DIRECT-DRIVE						
<ul style="list-style-type: none">• <u>Descrição do equipamento:</u> Máquina industrial, overlocke ponto cadeia de base plana, para costurar tecidos leves e médios, 2 (duas) agulhas, 4 (quatro) fios, com lubrificação automática, alta rotação, equipada com motor servo DIRECT-DRIVE acoplado diretamente no eixo da máquina, com painel de comando e posicionador de agulhas;• Máquina completa com os pertinentes acessórios, estante em chapa de aço com regulagem de altura, tampo em madeira revestido em formica com régua graduada e com rodinhas para facilitar a movimentação quando necessário;• Marca SIRUBA ou similar;							
UNIDADE	QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial	180 unidades	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação no em confecção de 2.000.000 unidades de camisetas, 15.000 de camisas polo e 1.000.000 unidades de bonés na Fábrica Social.					
TOTAL	180 unidades	VLR. UNIT.	R\$ 1.550,00	VLR. TOTAL	R\$ 279.000,00	FONTE DE PESQUISA	NEW MÁQUINAS

ITEM 02	MÁQUINA DE COSTURA COM MOTOR ECONÔMICO DIRECT-DRIVE						
<ul style="list-style-type: none">• <u>Descrição do equipamento:</u> Máquina industrial, overlocke ponto cadeia de base plana, para costura em tecidos leves e médios, 2 (duas) agulhas, 4 (quatro) fios, com lubrificação automática, alta rotação, equipada com motor servo DIRECT-DRIVE acoplado diretamente no eixo da máquina, com painel de comando e posicionador de agulhas. Com aparelho para embutir correntinha no início da costura;• Máquina completa com os pertinentes acessórios, estante em chapa de aço com regulagem de altura, tampo em madeira revestido em formica com régua graduada e com rodinhas para facilitar a movimentação quando necessário;• Marca SIRUBA ou similar.							
UNIDADE	QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial	05 unidades	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação do acabamento na confecção de 15.000 camisas polo na Fábrica Social.					
TOTAL	05 unidades	VLR. UNIT.	R\$ 1.853,00	VLR. TOTAL	R\$ 9.265,00	FONTE DE PESQUISA	WELTTEC

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

ITEM 03		MÁQUINA GALONEIRA BASE CILÍNDRICA					
<ul style="list-style-type: none">• <u>Descrição do equipamento:</u> Maquina industrial galoneira (de bainha) 3 (três) agulhas, 5 (cinco) fios, com lubrificação automática, base cilíndrica, com refilador, com trançador superior e inferior, levantador de calcador automático, posicionador de agulhas, corte de linha automática, bitola 6,4mm, altura do calcador 5.8mm, velocidade de 6.000rpm, largura do ponto de 4,5mm, com cata fio, sistema de refilador autônomo por acionamento elétrico. Sugador de sujeira acoplado (“ O ar é gerado pela própria máquina eliminando o uso do compressor), equipada com motor servo Direct Drive acoplado diretamente ao eixo.• Maquina completa com os pertinentes acessórios, estante em chapa de aço com regulagem de altura, tampo em madeira revestido em formica com régua graduada e com rodinhas para facilitar a movimentação quando necessário.• Marca SIRUBA ou similar.							
UNIDADE	QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial	03 unidades	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação do fechamento na confecção de 2.000.000 unidades de camisetas, 15.000 camisas polo na Fábrica Social.					
TOTAL	03 unidades	VLR. UNIT.	R\$ 6.695,00	VLR. TOTAL	R\$ 20.085,00	FONTE DE PESQUISA	Vip Máquinas

ITEM 04		MAQUINA DE TRAVETTE						
<ul style="list-style-type: none">• <u>Descrição do equipamento:</u> Máquina de travette eletrônica 1 (uma) agulha e 2 (dois) fios, com lubrificação automática, equipada com painel de controle LCD tipo “<i>Touch Screm</i>”, com memória de 2 gigabytes, velocidade de 3.000rpm, com motor servo Direct Drive acoplado diretamente ao eixo da maquina, com área de 40x30mm, motor de passo no sistema acionamento do eixo “X” e “Y” e no movimento do calcador, sem solenoide, altura do calcador de 13mm, sistema de corte de linha automático e sensor de quebra de linha;• Máquina completa com os pertinentes acessórios, estante em chapa de aço com regulagem de altura, tampo em madeira revestido em formica com régua graduada e com rodinhas para facilitar a movimentação quando necessário;• Marca SIRUBA ou similar.								
UNIDADE		QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial		01 unidade	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação de travetar no acabamento na confecção de 15.000 camisas polo na Fábrica Social.					
TOTAL		01 unidade	VLR. UNIT.	R\$ 7.350,00	VLR. TOTAL	R\$ 7.350,00	FONTE DE PESQUISA	Vip Máquinas

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

ITEM 05	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE COM ZERO MAX						
<ul style="list-style-type: none">Descrição do equipamento: Maquina de overloque com aparelho Zero Max, 1 (uma) agulha, 3 (três) fios, para aplicação de elástico, com lubrificação automática, com medidor de elástico tipo (Metering Device), equipada com alimentador de elástico tipo LFC-2, (para dar tensão no momento da costura), velocidade de 6.000 a 6.500rpm, largura do ponto de 4mm, equipada com motor servo Direct Drive acoplado diretamente ao eixo;Maquina completa com os pertinentes acessórios, estante em chapa de aço com regulagem de altura, tampo em madeira revestido em formica com régua graduada e com rodinhas para facilitar a movimentação quando necessário;Marca SIRUBA ou similar.							
UNIDADE	QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial	03 unidades	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação de colocação de elástico na confecção de uniformes em geral na Fábrica Social.					
TOTAL	03 unidades	VLR. UNIT.	R\$ 3.008,00	VLR. TOTAL	R\$ 9.024,00	FONTE DE PESQUISA	Vip Máquinas

ITEM 06		MÁQUINA ELASTIQUEIRA						
<ul style="list-style-type: none">• <u>Descrição do equipamento:</u> Maquina elastiqueira de ponto corrente, 4 (quatro) agulhas e 8(oito) fios, base cilíndrica, catraca inferior e superior traseira, sistema de looper por palito, distancia entre agulhas 6.4mm, altura do calcador 12 a 13mm, com velocidade de 3.000rpm, equipada com motor eletrônico servo com posicionador de agulhas.• Maquina completa com os pertinentes acessórios, estante em chapa de aço com regulagem de altura, tampo em madeira revestido em formica com régua graduada e com rodinhas para facilitar a movimentação quando necessário.• Marca SIRUBA ou similar .								
UNIDADE		QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial		01 unidade	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação da colocação de elástico em cós na confecção de uniformes em geral na Fábrica Social.					
TOTAL		01 unidade	VLR. UNIT.	R\$ 3.453,00	VLR. TOTAL	R\$ 3.453,00	FONTE DE PESQUISA	WELTTEC

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

ITEM 07		MÁQUINA FECHAMENTO DE BRAÇO					
		<ul style="list-style-type: none"> Descrição do equipamento: Máquina fechamento de braço, ponto corrente, 3 (três) agulhas e 6 (seis) fios, com catraca superior e inferior de ferro sincronizadas, largura do ponto de 4.2mm, altura do calcador de 10mm, velocidade de 3600rpm, bitola 6.4mm, equipada com motor servo eletrônico com posicionador de agulhas. Máquina completa com os pertinentes acessórios, estante em chapa de aço com regulagem de altura, tampo em madeira revestido em formica com régua graduada e com rodinhas para facilitar a movimentação quando necessário. Marca SIRUBA ou similar. 					
UNIDADE	QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial	02 unidades	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação de colocação de elástico em cós, na confecção de uniformes em geral na Fábrica Social.					
TOTAL	02 unidades	VLR. UNIT.	R\$ 5.035,00	VLR. TOTAL	R\$ 10.070,00	FONTE DE PESQUISA	Vip Máquinas

ITEM 08		PRENSA DE PASSAR ROUPA A VAPOR					
		<ul style="list-style-type: none"> Material: alumínio; Produção automática de vapor; Indicador de luzes no painel; Possuir base de teflon antiaderente; Produção de vapor da base superior; Sistema de segurança eletrônica (desligamento automático) e com controle digital de temperatura; Reservatório de água com capacidade para 300 ml; Porta fio; Cabo anatômico; Botão de travamento de tampa superior para locomoção do produto; Dimensões: 82x32cm; Potência: 1600 w Frequência: 50hz-60hz Voltagem 220 v Marca Westpress ou similar. 					
UNIDADE	QUANT.	JUSTIFICATIVA					
Diretoria de Produção Industrial	30 unidades	Maquinário necessário para o desenvolvimento das ações de capacitação de passar ferro nas 2.000.000 unidades de camisas, 15.000 unidades de camisas polo e 75.000 unidades de bandeiras na Fábrica Social.					
TOTAL	30 unidades	VLR. UNIT.	R\$ 1.096,00	VLR. TOTAL	R\$ 32.880,00	FONTE DE PESQUISA	Feirão das Máquinas

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

IV. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Menor preço por item.

V. CAPACIDADE TÉCNICA

Há necessidade de atestado de capacidade técnica e operacional, nos seguintes itens descritos a seguir:

- Item 01 – Máquina de costura com motor econômico.
- Item 08 – Prensa de passar roupa a vapor.

VI. FORMA DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO

A entrega do objeto deverá ser processada em uma única vez, quando solicitado por esta Coordenadoria.

VI. GARANTIA CONTRATUAL

Deve-se fazer constar no instrumento convocatório, cláusula de garantia contratual conforme preceituado no Art. 56, § 2º da Lei nº 8666/93.

VII. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O fornecedor deve considerar que na duração do período de garantia integral de 1 ano, com reposição de peças e componentes, a sua assistência técnica deve ser realizada em, no máximo, 15 dias corridos, a partir de comunicação oficial, nas dependências da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais.

VIII. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A SECOPA poderá, garantida a defesa prévia, aplicar sanções administrativas à contratada, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e do Decreto/DF nº 26.851/2006.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

IX . CONDIÇÕES, PRAZOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

1 . PRAZO PARA RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 73 da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

I. Provisoriamente , por ocasião da entrega pela CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.	II. Definitivamente , após verificação de sua conformidade com as especificações contidas no edital e seus anexos e atestado da unidade solicitante.
No ato da entrega do material.	Prazo máximo de 20 (vinte) dias da entrega do material.

2. OBRIGAÇÕES

1. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais.
2. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quaisquer alterações havidas em seus dados cadastrais, tais como: endereço, telefone, etc.
3. Encaminhar qualquer solicitação a SECOPA por intermédio do gestor do contrato.

X. LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues na Diretoria de Apoio Operacional da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais, da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014, localizada no SCIA Quadra 14 – Conjunto 2, Lote 16 – Brasília/DF - CEP 71.250-110. (Ponto de referência: Cidade dos Automóveis).

XI. PRAZO DE ENTREGA

O prazo máximo para entrega do material deverá ser de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

XII. PRAZO PARA PAGAMENTO

O pagamento deverá ser feito em uma única parcela, em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

III. EMBALAGEM

Conforme Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, Art. 5º, Inciso III, preferencialmente em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

XV. CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

(Conforme portaria nº 275/2010 – SEFAZ)

ITENS	CONTA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR TOTAL
1 e 8	5228	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos.	R\$ 374.007,00
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 374.007,00

XVII. GESTOR DO CONTRATO

TITULAR	SUBSTITUTO
José Rocha da Silveira Filho	Leonardo de Aquino Silva Cardoso

OBS: EM CADA PRODECIMENTO LICITATÓRIO DEVERÁ SER JUSTIFICADO NO TR, O REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO QUE VIER A SER AO FINAL ESTIPULADO.

OBS: EM CADA PRODECIMENTO LICITATÓRIO DEVERÁ SER JUSTIFICADO NO TR, O REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO QUE VIER A SER AO FINAL ESTIPULADO.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 – CIAS/SECOPA 2014/DF

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/20____

PROCESSO nº: _____

PREGÃO nº: _____

VALIDADE: ____ (____) meses, a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Gerência de Convênios e Contratos da Unidade de Administração Geral da CIAS/SECOPA 2014/DF, localizada no **SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – Quadra 14 – Conjunto 02 – Lote 16 - CEP 71.250-110 BRASÍLIA – DF (Ponto de Referência - CIDADE DO AUTOMÓVEL)**– o Coordenador da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais – CIAS/SECOPA 2014/DF, GERÊNCIO NELCYR DE BEM, nomeado pelo Decreto Nº 33.613, de 13 de abril de 2012, publicado no DODF de 16 de abril de 2012, com delegação de competência previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com a Lei Distrital nº 938/95, Lei Distrital nº 2.340/99, os Decretos Distrital 34.309/2013, Portaria nº 563/SEFP, de 05.09.2002 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº _____, publicado no DODF nº _____, de ____ de _____ de _____, página nº _____ e a respectiva homologação, conforme fls. _____ do processo nº _____, RESOLVEM registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), na(s) quantidade(s) estimada(s) anual(is), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(ns), observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos materiais especificados no Anexo I do Edital de Pregão nº _____, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pelo licitante, conforme consta nos autos do processo nº. _____.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em Unidades de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

CLÁUSULA III - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

3.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à _____.

CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada, para a aquisição do respectivo objeto, pela Administração direta e indireta, autárquica e fundacional e pelas empresas públicas do Distrito Federal, conforme preconiza a Lei Distrital nº 2.568, de 20 de julho de 2.000, desde que autorizada sua utilização, pela CIAS/SECOPA 2014/DF.

4.1.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo I do Edital e desta Ata não tiver sido esgotado para o período.

CLÁUSULA V - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

5.1. O(s) preço(s) ofertado(s), especificação(ões) e consumo(s) médio(s) anual(is), marca(s) do(s) produto(s), empresa(s) e representante(s) legal(is), encontram-se enunciados na presente ata.

CLÁUSULA VI - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O local de entrega será no(a) _____, localizado no _____, de acordo com Anexo I do Edital de Pregão nº ____/201X, em até ____ (____) dias corridos, a contar da data de recebimento e/ou retirada da Nota de Empenho, e/ou pedido de fornecimento ao detentor/representante legal.

6.2. No caso de entregas para a CIAS/SECOPA 2014/DF, o quantitativo poderá ter sua entrega programada da décima segunda parte do quantitativo a cada mês ou de acordo com a necessidade do Órgão.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco de Brasília – BRB, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data em que for atestado o fornecimento definitivo pela Unidade requisitante mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota fiscal-fatura, ou após a sua representação, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar às Unidades Administrativas que emitirem a Nota de Empenho, os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/90);
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio da Licitante.
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- a multa será descontada da garantia do respectivo contratado e se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

7.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

CLÁUSULA VIII – DA NOTA DE EMPENHO

8.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Unidade de Administração Geral/CIAS SECOPA 2014/DF, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente;

8.2. Nos termos do § 4º, do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o Termo de Contrato será substituído pela Nota de Empenho.

8.2.1. A interessada será convocada para retirar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes.

8.2.2. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar a documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Nota de Empenho, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.3. O prazo para retirada da Nota de Empenho será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.3.1. A recusa em retirar a Nota de Empenho, sem motivo justificado, devidamente aceito pela Administração, implica as sanções cabíveis à espécie.

8.4. Por ocasião da emissão da Nota de Empenho ou da assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos do § 2º, do art. 27, do Decreto 5.450/05.

8.5. O instrumento contratual poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 9.1. Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização da Unidade de Administração Geral- CIAS/SECOPA 2014/DF.
- 9.2. O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº ____/201X, especialmente às especificadas no Anexo I do referido Edital;
- 9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 9.4. Serão de responsabilidade do(s) concorrente(s) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Pregão, serão aplicadas as sanções estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002.

10.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital e nesta Ata ou nos contratos decorrentes de sua adesão, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no item 9 deste edital.

CLÁUSULA XI - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/93.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela Unidade requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada, e demais normas pertinentes.

12.1.1. A Unidade Administrativa deverá criar comissão para recebimento de material com valor superior ao limite estabelecido no art. 23, conforme determinado pelo § 8º do art. 15 do diploma legal mencionado.

12.2. A Unidade administrativa requisitante reserva-se o direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, à inspeção de qualidade nos produtos e recusá-los, integralmente ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações do objeto licitado.

12.3. Não serão aceitos materiais reconicionados ou remanufaturados sob qualquer forma;

CLÁUSULA XIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

13.1.1. Pela Coordenadoria de Integração das Ações Sociais-CIAS/SECOPA 2014/DF, mediante comunicação da Unidade requisitante, quando:

13.1.1.1 a(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a(s) detentora(s) não retirar (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

13.1.1.3 a(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e o detentor da ata não aceitar reduzi-los.

13.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado, e justificado pela Administração.

13.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento do registro dos preços deverá ser dirigida à Unidade de Administração Geral da CIAS/SECOPA 2014/DF, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.3. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços ou desta ata, a detentora dos preços registrados será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

13.3.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.3.2 Fica estabelecido que as detentoras dos preços registrados deverão comunicar imediatamente à Gerência de Convênios e Contratos da Unidade de Administração Geral da CIAS/SECOPA 2014/DF qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

CLÁUSULA XIV - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

14.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão solicitadas pelo setor responsável e autorizadas, caso a caso, pela Unidade de Administração Geral da CIAS/SECOPA 2014/DF, oportunidade em que será autorizada a emissão da correspondente Nota de Empenho.

CLÁUSULA XV - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão nº ____/201X e seus anexos, as propostas com preços, especificação, consumo médio anual, por item.

16.2. O(s) caso(s) omissos será(o) resolvido(s) de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e pela Lei Federal nº 9.648/98, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

16.3. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

COORDENADOR DA CIAS/SECOPA 2014/DF

Testemunhas:

PROCESSO Nº _____ – PREGÃO nº _____ /2012 – Ata de Registro de Preço nº _____

1º LUGAR

EMPRESA				
CGC/CNPJ	INSCR. ESTADUAL	BANCO	AGÊNCIA	CONTA-CORRENTE
TELEFONE (FAX)		ENDEREÇO		
SÓCIO DIRETOR		R.G.	CPF	
PROCURADOR		R.G.	CPF	

1º LUGAR

ITEM	QUANT. ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO FABRI- CANTE	UNID.	Quantidade por embalagem	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ PROCEDEN CIA	VALOR UNIT.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPA 2014/DF

ANEXO III

M O D E L O

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, sob as penas da lei, da inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, responsabilizando-se por comunicar eventual superveniência de fato desta natureza, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005.

Compromete-se, ainda, o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: **SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – Quadra 14 – Conjunto 02 – Lote 16 - CEP 71.250-110 BRASÍLIA – DF (Ponto de Referência - CIDADE DO AUTOMÓVEL).**

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no “e-Compras/DF”, tais como aquelas relativas à:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Folha:
Processo: 0002-000450/2013
Matrícula/Rubrica 263556-9:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Coordenadoria de Integração das Ações Sociais



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2013 –CIAS/SECOPÁ 2014/DF

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº /201X
MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(em papel timbrado da empresa)
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Código FABRI CANTE	Descrição	UN	MARCA	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1						R\$	R\$
VALOR TOTAL GLOBAL							R\$

OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:

- Descrição detalhada do item, com indicação de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da **CIAS/SECOPA 2014/DF** que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos materiais no endereço indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho.
- Razão social, endereço completo, telefone/fax, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.
- Juntar todos os documentos solicitados no item 6.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: _____ (valor por extenso)
VALIDADE DA PROPOSTA: ____/____/____ (Não inferior a 60 dias)
RAZÃO SOCIAL: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____ E-MAIL: _____
BANCO: ____ AGÊNCIA: ____ CONTA CORRENTE: _____
_____, ____ de _____ de _____
- carimbo padronizado de CNPJ -

Assinatura do responsável pela empresa